

Os fundamentalistas da transparência

PIO GIOVANI DRESCH*

Os sistemas jurídicos de uma sociedade desenvolvida são sempre compostos de um conjunto de normas principiológicas que se equilibram em tensão. Às vezes há conflitos entre diferentes princípios, e neste caso é necessário encontrar soluções que os harmonizem ou, em situações especiais, afastem total ou parcialmente a incidência de um deles no caso concreto.

Quando, por exemplo, proíbe a exposição de imagem de criança em situação de risco, privilegia nossa legislação a proteção aos direitos das crianças e adolescentes, em prejuízo à liberdade de imprensa.

Com uma lascívia de voyeur, exigem a exposição até as entranhas de cada detalhe funcional do servidor

A recente entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação trouxe para as páginas dos jornais uma polêmica que bem expressa dois princípios em choque: a postulação pela exposição pública dos vencimentos de agentes públicos corresponde a um legítimo desejo de conhecer os gastos do Estado, do qual

não se pode mais aceitar esconda da sociedade as suas ações; por outro lado, neste ponto, a busca da transparência estatal resultará na exposição pública de informações privadas de seus servidores.

De um lado, encontra-se o princípio da transparência do poder público, de outro, o direito à intimidade, à vida privada. Nesse caso, impõe saber se ocorre uma total contradição entre um princípio e outro, que imponha o afastamento de um deles, ou se existe a possibilidade de mitigá-los, para que ambos tenham a maior efetividade possível no caso concreto.

Há uma solução simples para o caso: a publicação individualizada dos vencimentos, com a identificação por cargo, mas sem identificação nominal. Desse modo, saberá a sociedade o quanto o Estado gasta com os seus servidores e terão estes assegurado o seu direito à privacidade.

Todavia, o que se ouve em alguns círculos é que, em tomando esta medida, o governante estará escondendo dos cidadãos dados fundamentais, assim atentando contra a própria transparência e driblando a lei.

Nesse ponto, é de se esclarecer que a própria divulgação dos salários não resulta de um mandamento expresso da Lei de Acesso à Informação, mas de um atendimento ao seu espírito.

Dizer-se, como alguns dizem, que o contribuinte tem o direito de ver o nome de cada servidor ao lado de seu salário é conferir valor absoluto a um princípio em detrimento de um princípio individual básico. A pergunta é: o que ganhará o contribuinte, já sabedor dos vencimentos de todos os servidores, ao identificar o nome de cada um? Que benefício adicional terá isso para a transparência? Por outro lado, o quanto perderá cada servidor com a exposição de informações pessoais, que, se fossem divulgadas por qualquer empregador privado, certamente ensejariam direito a indenização?

Todavia, a cruzada segue, e com uma lascívia de voyeur exigem os fundamentalistas da transparência a exposição até as entranhas de cada detalhe funcional do servidor.

Até onde isso irá não se sabe, mas seria salutar esperar dos arautos da visibilidade que tenham igual empenho em exigir a publicação do lucro das empresas que contratam com o governo ou se beneficiam das isenções fiscais e da remuneração paga aos seus diretores.

*Presidente da Ajuris

Maconha liberada no Uruguai? Socorro!

MARCELO LEMOS DORNELLES*

Com muita preocupação, observo nosso país vizinho, de fronteiras secas e abertas, parceiro comercial e cultural, buscar parte da solução de seus problemas de criminalidade regulamentando o mercado da maconha. Vejo, pasmo, que o próprio governo do Uruguai pretende planear maconha a partir de setembro deste ano. Ele vai assumir o papel do "traficante"?

Tomara que nosso país vizinho não se transforme em roteiro para o "turismo das drogas"

Tramita no nosso Congresso Nacional projeto de lei para atualizar a lei antidrogas, e uma comissão de juristas propôs que o Brasil busque esse caminho. Com certeza, trata-se de proposta de alto risco para a sociedade, seja do ponto de vista da saúde, seja da segurança. Não pretendo fazer

o debate de cunho moralista ou conservador. A questão das drogas é complexa, multidisciplinar e só pode ser vista de forma sistêmica. Ela atinge diretamente o indivíduo, sua família, amigos, trabalho e a sociedade. Deve sempre ser observada sob o prisma da redução da oferta, do atendimento e da prevenção. Juntos! Não se quer a prisão do usuário. Isso não acontece há anos.

Listo aqui 10 razões para que não haja a liberação da maconha: **1.** Assim como o álcool, a maconha é porta de entrada para outras drogas. **2.** Aumenta a violência doméstica e a urbana. **3.** Causa sofrimento psíquico ao usuário e à família. **4.** Poderá superlotar o já precário sistema de saúde. **5.** Oferece risco à saúde física e mental. **6.** Há uma contradição direta entre permitir o uso e punir a venda. **7.** As experiências mundiais fracassaram. **8.** O caráter preventivo do "ser crime" atrasa a experimentação pelos jovens. **9.** A experiência brasileira com a mera punição administrativa não tem sido eficaz, como ocorre no trânsito e na improbidade. **10.** A maconha da atualidade é muito mais forte, "turbinada geneticamente" ou misturada com crack.

Sabemos que a guerra às drogas não é a melhor solução, contudo a descriminalização também não o será. É ilusão achar que criminalidade será reduzida, pois haverá aumento na oferta de drogas, no número de usuários e de dependentes. E continuará havendo o comércio ilegal. Na melhor das hipóteses, o traficante migra para o roubo. Precisamos é investir seriamente na prevenção. Tomara que nosso país vizinho não se transforme em roteiro para o "turismo das drogas". E o Brasil? Já enfrentamos o turismo sexual, somos refúgio de criminosos, só falta isso!

*Subprocurador-geral de Justiça do RS e presidente do Instituto Crack Nem Pensar

IOTTI

Bandidos fogem em carro da polícia depois de fazer reféns e arrombar cofre da prefeitura de Quevedos



iotti@zerohora.com.br

BRASÍLIA

Fábio Schaffner (interino)

fabio.schaffner@gruporbs.com.br

Mesa farta

Em Brasília, um jantar nunca se resume à degustação gastronômica. Há ingredientes políticos em cada garfada ou taça de vinho. A presidente Dilma Rousseff sentou-se à mesa ontem à noite com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). Hoje, o presidente da Câmara, Marco Maia, recebe a cúpula do PT para um jantar na residência oficial. Para além do menu estão as eleições municipais. Dilma tenta domar a rebeldia de Campos, que rompeu com o PT e lançou candidaturas em Fortaleza e Recife. Sedentos por vingança, os petistas trabalham para derrotar os antigos aliados e implodir qualquer pretensão presidencial do socialista em 2014. Com peculiar senso de oportunidade, quem ri dessa crise toda é Michel Temer. Frugal nos gestos, mas glutão nas pretensões, o peemedebista fortaleceu seus laços com Dilma, afasta o temor de perder a vice para Campos na próxima eleição e ainda irá ampliar o espaço do partido no governo.

FAB 01

O Planalto insiste em afirmar que Dilma não irá participar das campanhas políticas, mas o Diário Oficial da União trouxe quase duas páginas com a publicação das regras para o uso de transporte oficial da Presidência durante as eleições.

Ceticismo

A advogada gaúcha Jane Berwanger estará em Brasília hoje para discutir a extinção do fator previdenciário. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Jane considera as propostas em discussão de difícil entendimento para os trabalhadores e duvida que o Congresso aprove alguma mudança ainda este ano.



Pena capital

Jerônimo Göergen (foto) retorna hoje de Miami, onde se refugiou para fugir de pressões na redação do relatório no qual irá pedir a cassação de mandato de Carlos Alberto Lereia (PSDB-GO). O tucano apareceu em uma gravação da Polícia Federal pedindo R\$ 100 mil ao grupo de Carlinhos Cachoeira. O gaúcho entrega amanhã seu parecer à Corregedoria da Câmara. Dos três casos de deputados investigados por envolvimento com o bicheiro, Göergen é o único a pedir a pena capital.

Bonança

Sozinho, o candidato de Eduardo Campos, em Belo Horizonte, deve gastar mais na campanha eleitoral do que todos os postulantes à prefeitura da Capital. Na disputa pela reeleição, Márcio Lacerda prevê R\$ 35 milhões em despesas. Em Porto Alegre, os sete candidatos juntos devem gastar R\$ 30,6 milhões.

Efeito pedagógico

São raros os casos de candidatos que colocam a mão no bolso para pagar multas eleitorais, mas finalmente a Justiça aplicou uma sanção que não beira o deboche. José Serra e o PSDB paulistano terão de pagar R\$ 100 mil por propaganda antecipada. A multa imposta a Lula e Fernando Haddad, de R\$ 5 mil, foi piada diante das campanhas milionárias dos candidatos.